

005

DISCURSOS

III SÉRIE

LÍNGUA, CULTURA E SOCIEDADE

O IMAGINÁRIO DA CIDADE



DISCURSOS.
Língua, Cultura e Sociedade

III SÉRIE, Nº 5

**O IMAGINÁRIO
DA CIDADE**



Centro de Estudos Históricos Interdisciplinares

Dezembro 2003

DA ALDEIA À “CIDADE”: ALGUNS EXEMPLOS DA PRÉ-HISTÓRIA PORTUGUESA

João Luís Cardoso*

O ambiente cultural de carácter predominantemente mediterrâneo, e francamente aberto aos estímulos culturais oriundos daquela região, pre-valectes durante todo o Calcolítico na Estremadura e no sul do actual território português — facto justificado pela sua posição geográfica — teriam propiciado evolução cultural similar e fenómenos de convergência em regiões muito afastadas, que não são, porém, incompatíveis com a efectiva difusão de novas formas de viver e de novas tecnologias, talvez veiculadas por interesses económicos complementares observáveis na bacia mediterrânea durante todo o terceiro milénio a. C. Aliás, a valorização de componente comercial na difusão da tradição arquitectónica, da metalurgia do cobre e mesmo dos objectos ditos “de prestígio”, foi anteriormente sublinhada por PARREIRA (1990, p. 29).

Numa altura em que se assiste à recuperação, por parte de alguns arqueólogos portugueses, de doutrinas difusionistas de décadas passadas — as quais tiveram, em Portugal, por parte de Eugénio Jalhay, impressionado com a semelhança tipológica de peças recolhidas no povoado calcolítico fortificado de Vila Nova de S. Pedro, com outras, do Mediterrâneo Oriental, o seu mais antigo e explícito defensor (JALHAY, 1943) — e depois de uma década marcadamente “indigenista” (os anos 80), vale a pena fazermos uma revisão da questão. Vejamos duas recentes citações:

“Não se trata de uma complexa evolução social de um grupo há muito estabilizado mas da entrada maciça numa nova região de um grupo socialmente complexo e já hierarquizado” (GONÇALVES, 1993, p. 196); “Não se trata, forçosamente, de uma colonização maciça e influências restritas e localizadas podem desencadear movimentos muito mais amplos, alterando os equilíbrios de forças autóctones” (idem, p. 202). Conclui-se

* Universidade Aberta.

que, para o autor, o processo de calcolitização da Estremadura passaria pela presença de indivíduos alóctones; nesta perspectiva, a emergência dos povoados fortificados explicar-se-ia, naturalmente, pela necessidade de defesa das pessoas e haveres dos seus habitantes, que assim se protegeriam das populações autóctones, as quais, em estágio cultural inferior, sem uma fixação efectiva ao território, assolariam ciclicamente tais locais de vida sedentária e estável. Tal dicotomia entre autóctones (as populações do Neolítico Final ou as suas descendentes) e alóctones, encontra-se bem explicitada em outro texto do mesmo autor (GONÇALVES, 1994a).

Esta opção do autor, após ter enunciado anteriormente, sem se decidir por nenhuma, outras hipóteses (GONÇALVES, 1988), recupera ideias que, em décadas anteriores tinham sido defendidas, tanto por investigadores ingleses como alemães, com especial destaque para E. Sangmeister e H. Schubart, que de 1964 a 1973 dirigiram trabalhos de escavação no Zambujal (Torres Vedras). Transcreveremos algumas das mais expressivas afirmações que consubstanciaram (consustanciam?) o pensamento dos autores:

“Los fundadores, constructores y primeros habitantes de las fortificaciones de Vila Nova y Zambujal fueron o colonizadores del Mediterráneo oriental o, cuando menos, comerciantes em metales, compradores cuyos clientes radicaban en la zona oriental del Mediterráneo. Las piezas de tal procedencia en esta época hablan en favor de una inmigración directa, por lo menos de un pequeño grupo, el cual determinó el carácter de las fortificaciones y de muchos otros elementos culturales (...). Eran lugares de tránsito para la riqueza metalúrgica del interior” (SCHUBART, 1969, p. 203). Salienta-se, em outro estudo, o papel do Zambujal como “a production and a trade centre. We suggest that copper objects were manufactured there from ores brought to the site, these objects were then traded. The site would obviously require fortification and its situation in relation to the ocean supports this interpretation” (SANGMEISTER & SCHUBART, 1972, p. 196, 197). A presença de colonizadores perpassa ao longo destes textos, bem como a de populações indígenas, contra as quais se ergueriam tais muralhas...

A última versão daqueles dois autores que corporizam, entre nós, o expoente da doutrina colonialista — uma das poucas vertida para português — pode decompor-se em duas hipóteses distintas, mas não incompatíveis. Transcrevê-las-emos na íntegra:

“Qual a origem dos construtores das fortificações de que nos ocupamos? Qual a identidade dos seus inimigos? Alguns indícios parecem assinalar o Próximo Oriente como ponto de origem dos primeiros. Não são

porém suficientes para assegurarmos que eram navegantes vindos em busca do cobre e que, ao depararem-se (sic) com a existência de minério, animaram os indígenas na sua pesquisa. Por sua vez, ao verem-se enriquecidos graças a esta nova mercadoria poderiam ter erigido fortificações para se protegerem de grupos que consigo competissem. Poderiam ter aprendido as técnicas e as tácticas dos estrangeiros da mesma forma que deles receberam os objectos importados, ou criado imitações dos que haviam visto.

Partindo de uma mesma situação, e com algumas variantes, ambas as hipóteses são viáveis. Sem dúvida, perdura a sensação de que, com estas fortificações, algo de estranho e inteiramente novo surgiu, sendo inegável a sua semelhança com alguns povoados do Próximo Oriente" (SCHUBART & SANGMEISTER, 1987, p. 12). A segunda hipótese dos autores aceita que as fortificações possam resultar de um processo de competição interno, entre grupos autóctones, o que não estaria longe da nossa perspectiva, não fosse atribuir aos pretensos grupos exógenos a responsabilidade directa pela edificação de tais fortificações, e ao cobre o *leit-motiv* da sua presença. Note-se, ainda, que não está minimamente reconhecida, em termos arqueológicos, a coexistência, na Estremadura, de dois ou mais grupos socio-culturais distintos, no decurso do III milénio a. C. Ao contrário, o próprio registo arqueológico sugere uma evolução "in situ" da formação social calcolítica da Baixa Estremadura a partir das populações que aqui viviam, e pujantemente deixaram os traços da sua presença, no Neolítico Final, ao longo da segunda metade do IV milénio, segundo datações de radiocarbono já disponíveis para Leceia, tanto em povoados, como em necrópoles (grutas naturais, grutas artificiais e monumentos megalíticos).

Num dos seus derradeiros contributos para a Pré-História peninsular, BOSCH-GIMPERA (1969, p. 65, 66), resumiu o estado da questão e a sua opinião a tal respeito em termos que, ainda hoje nos parecem actuais e que por isso subscrevemos: "Almería entonces debió tener una intensa relación con las islas del Mediterráneo Occidental, en donde Malta es el puesto avanzado de la relación egeo-anatólica. A esta relación se debe el nuevo tipo de ídolo de forma humana de Los Millares (...), y, sin duda un perfeccionamiento de la técnica arquitectónica, que se manifiesta en las murallas con torres de Los Millares — que llegan a Portugal — (...) y la generalización de la falsa cúpula en los "tholoi", sostenida a veces por una pilastra o columna.

No cremos que estos influjos representan, como creen Almagro, Arribas, Pigott, Sangmeister y otros, una "colonización" a la que, según ellos, había que atribuir los "tholoi", con falsa cúpula, y las ciudades o

grandes poblados rodeados de murallas con salientes en forma de torre como Los Millares y en Portugal Pedra do Ouro, Zambujal y Vilanova de San Pedro. Que en la cultura del Eneolítico peninsular exista la influencia de las relaciones forasteras, mediterráneas, lo hemos reconocido y de ello hemos tratado en otros lugares. Pero ni los sepulcros megalíticos son un tipo introducido por gentes forasteras — y probablemente tampoco la idea de la falsa cúpula — ni lo que hay en la península de influencia mediterránea autoriza para hablar de “colonización” propriamente dicha y se explica por simples relaciones comerciales todo lo intensas que se quiera, pero que no revelan el establecimiento en el país de “colonizadores” que en él se establecen”. Vemos como, há já mais de 30 anos, se valorizavam os contactos indirectos, catalisados por força de relações de carácter comercial, tal como hoje parecem confirmar os elementos disponíveis, segundo cremos.

A pretensa semelhança vislumbrada entre os povoados fortificados da Baixa Estremadura e outros, do Mediterrâneo Oriental, foi abordada por BLANCE (1957, 1961). Do primeiro dos estudos referidos, destaca-se a seguinte passagem:

“Desta breve análise podemos concluir que o uso dos bastiões ou cubelos com finalidade defensiva não era desconhecido na região do Mediterrâneo Oriental, se bem que, por outro lado, não fosse coisa vulgar. Tais construções não estão, porém, confinadas a uma determinada zona, mas sim, de um modo geral, espalhadas por toda essa área. É todavia interessante verificar que, ao lado de todos os exemplos referidos de torres rectangulares, apenas as de Chalandriani e de Buhen apresentam a forma semicircular” (op. cit., p. 175). Sem entrar na discussão das cronologias destas fortificações — a maioria, senão a totalidade, é ulterior aos meados do III milénio a. C. e, portanto, mais recentes que as fases mais antigas dos três grandes povoados fortificados melhor conhecidos do território português — Vila Nova de S. Pedro (Azambuja), Zambujal (Torres Vedras) e Leceia (Oeiras) — outro argumento deverá ser invocado. Com efeito, necessidades idênticas de defesa requereriam soluções técnicas semelhantes. Deste modo, aceitamos que diferentes civilizações calcolíticas e da Idade do Bronze da bacia mediterrânea se tenham caracterizado pela edificação de fortificações, ditadas por condicionantes económico-sociais específicas. Tais fortificações, fazendo uso de dispositivos elementares — muralhas, torres, bastiões — mostrariam, naturalmente, certas semelhanças entre si...

Obviamente, não rejeitamos aos três grandes povoados fortificados aludidos, um certo “ar de família”, ditado pela sua inserção em um ambiente meridional e mediterrâneo, de que faziam parte integrante ... aliás também

aplicável às grandes edificações da Idade do Bronze nurágicas da Sardenha ou talayóticas das Baleares, sem que tal possa significar mais do que a simples semelhança formal que evidenciam entre si. É, ainda, a BOSCH-GIMPERA (1969, p. 67) a quem podemos recorrer para explicar tal situação:

“Alcanzada la vida sedentaria normal y comenzada una vida de tipo urbano (...), las fortificaciones primitivas para defensa de los poblados se convierten naturalmente en murallas, y ellos en fortalezas; pero en todas partes, y tanto en Los Millares como en Pedra do Ouro, Zambujal y Vilanova de San Pedro, los hallazgos revelan una cultura indígena que no deja de serlo apesar de las transformaciones singulares de sus rasgos, nunca una cultura masiva como la de los lugares de origen de las relaciones e influencias”. Tais palavras parecem, ainda, ecoar nestas outras (JORGE, 1994a, p. 459): As semelhanças estilísticas que aglutinam muitos artefactos e arquiteturas do mundo mediterrânico não devem ser ignoradas, mas terão de ser interpretadas no âmbito de outros mecanismos difusores — interacções em larga escala — cuja natureza requer uma avaliação contextualizada (...)”.

Na óptica das pretendidas semelhanças arquitectónicas, poder-se-iam justificar, mesmo, influências orientais em dois cubelos quadrangulares reconhecidos em 1993 na primeira linha defensiva de Leceia, do Calcolítico inicial, defendendo interiormente uma das entradas ali existentes, ao que cremos os primeiros deste tipo reconhecidos no Calcolítico peninsular.

De facto, cada povoado fortificado, mesmo os de uma mesma região cultural, embora adoptando soluções arquitectónicas comuns, ter-se-á comportado e evoluído de forma independente, adaptando-se às condicionantes geomorfológicas específicas de maneira distinta; a solução defensiva encontrada em Vila Nova de S. Pedro, com uma imponente fortificação central (PAÇO & SANGMEISTER, 1956 a, b), é distinta da de Leceia e Zambujal, sendo estas, por seu turno, diferentes entre si. Claro que o tamanho da área construída influenciava as soluções arquitectónicas adoptadas em cada caso. Tal variável é directamente proporcional, como é evidente, ao número de habitantes de cada sítio. Tal facto leva-nos à questão de saber qual aquele número, em Leceia e nos povoados de maiores dimensões da Baixa Estremadura.

No caso de Leceia, o cálculo demográfico proposto por CHAPMAN (1991) conduz à estimativa de 200 habitantes, considerando a área da estação (cerca de 1 ha), valor ligeiramente inferior ao obtido pela relação proposta por RENFREW (1972) para povoados do Egeu, que foi de cerca de 300 habitantes por ha. A ser assim, Leceia teria idêntico número de habitantes de Vila Nova de S. Pedro e cerca de um terço mais que o Zambujal (com 0,7 ha),

apesar de ainda não se conhecer exactamente a área ocupada pelo dispositivo defensivo. Outros cálculos, baseados no número de ocupantes de cada unidade habitacional, ou por metro quadrado de área coberta não são aplicáveis, visto desconhecermos, em boa parte, as estruturas habitacionais na altura existentes naqueles sítios fortificados. Em todo o caso, a grande desarmonia que se patenteia, em qualquer dos citados povoados, entre a imponência das estruturas de carácter defensivo e as habitações coevas, sugere que a parte mais importante da população viveria extramuros, procurando apenas o abrigo das muralhas no decurso de situações de maior tensão social.

Para alimentar uma população de 200 a 300 habitantes, número que julgamos adequado à realidade observada em Leceia, não seria necessária uma área de captação de recursos superior à que se poderia atingir em duas ou três horas de marcha. Dentro de tal território não se reconheceram, até ao presente, através de cartografia arqueológica e actualizada (CARDOSO & CARDOSO, 1993), quaisquer núcleos activos no Calcolítico inicial ou pleno, susceptíveis de constituírem ameaça à segurança dos habitantes de Leceia. Esta afirmação continua válida considerando a eventualidade de sobreposição parcial de tal território com o de outro hipotético povoado situado fora daquele limite. Com efeito, a cartografia arqueológica disponível para o concelho de Cascais (CARDOSO, 1991), conquanto assinala vários povoados calcolíticos, nenhum corresponde à importância do de Leceia, ao menos considerando o registo conservado. Os habitantes daqueles poderiam, no entanto, constituir uma ameaça latente, a par com as populações disseminadas em pequenos núcleos calcolíticos, situados a Norte, tanto no concelho de Amadora como no de Sintra, cuja existência é segura. Em consequência, e embora não se possa invocar a ameaça corporizada por um outro povoado de grandeza análoga, de expressão regional, o conjunto de núcleos de menor expressão identificados em um raio de 15 km em redor poderiam constituir uma pressão constante, ainda que difusa, sobre as terras usufruídas pelos ocupantes de Leceia; e idêntica afirmação será válida para os restantes sítios fortificados estremenhos de primeira grandeza. Assim, cremos que a construção destas fortalezas se terá devido mais a razões de ordem preventiva. A simples presença de uma fortificação com tal imponência, constituindo um marco bem evidenciado na paisagem, longe de nela se dissimular, corporizaria a posse e os direitos sobre um determinado território envolvente, servindo ao mesmo tempo como elemento dissuasor (ou intimidatório, cf. SANGMEISTER & SCHUBART, 1972, p. 197) de qualquer grupo, oriundo ou não da região, que ousasse invadir tal domínio.

Ao mesmo tempo, serviria como elemento de reforço da coesão interna, revendo-se os seus habitantes em tais prestigiantes quanto grandiosas construções, servindo de marcos que monumentalizavam a paisagem, e que, afinal, eram pertença de todos os que nelas viviam e tinham construído.

Cremos, pois, que Leceia, como Zambujal ou Vila Nova de S. Pedro, constituem exemplo flagrante em como, na Baixa Estremadura, no decurso do Calcolítico, é possível correlacionar os conceitos tradicionais de "fortificação", "interacção" e "intensificação" (cf. para os dois últimos, JORGE, 1994a, p. 473 e 475). Quanto a nós, é incontornável tal interdependência: embora possa haver interacção e intensificação sem fortificação, a inversa não cremos ser possível, para a época e região em causa.

Começam, aliás, a conhecer-se povoados calcolíticos, fortificados ou não, de forma cada vez mais insistente, tanto na Beira Baixa (Charneca de Fratel, Vila Velha de Ródão), como na Beira Alta, no Alto Douro e em Trás-os-Montes (SENNA-MARTINEZ, 1991; JORGE, 1994b; SANCHES, 1992, 1996, 1997; VALERA, 1994, 1997, 2000), para já não falar do Baixo Alentejo (SILVA & SOARES, 1987) e do Algarve, onde são conhecidos há mais tempo (GONÇALVES, 1989, 1991). No conjunto, a distribuição geográfica de tais estações, de norte a sul do actual território português, denuncia, acima de tudo, a evolução económico-social *in situ* das respectivas comunidades regionais (SILVA, 1983, 1990), que nada têm a ver com o comércio do cobre, e muito menos com a sua exploração e metalurgia, como ficou cabal e definitivamente demonstrado pela estratigrafia identificada em Leceia (CARDOSO, 1994).

Com efeito, ao longo do III milénio, na região entre Chaves e Vila Pouca de Aguiar, uma intensificação de carácter sócio-económico, conduziria à restrição progressiva do espaço habitado e, com ela, ao incremento da sua potencialidade defensiva (JORGE, 1990) ... exactamente a mesma evolução que entrevemos na Estremadura. No mesmo sentido se poderá considerar a recente afirmação de VALERA (1994, p. 166), a propósito da génese dos povoados fortificados calcolíticos da bacia do Alto Mondego:

"Tratam-se de povoados fortificados localizados no Centro/Norte, em áreas bem no interior, obrigando à reformulação de algumas ideias tradicionalmente expostas sobre o problema dos habitats fortificados no Calcolítico. A sua interpretação como o resultado da inserção destas comunidades do interior num circuito transregional de ideias e concepções (com provável origem mediterrânica) deverá ser entendida num quadro de

mudança cultural onde operam os fenómenos da evolução e da difusão, esta última aqui entendida como um processo cumulativo e não de substituição. A adopção do que vem de fora é vista como fazendo parte do constante processo adaptativo da comunidade, permitindo conceber a difusão como um processo de aculturação selectiva. A aceitação da influência (surja ela sob forma material ou de ideias) dependerá da sua utilidade e compatibilidade dentro da cultura receptora. A justificação para a ocorrência destas fortificações deverá, pois, ser investigada numa evolução local, procurando perceber as alterações que a sua incorporação terá provocado sobre as ideias, concepções e significados originais”.

Assim, a génese dos povoados fortificados calcolíticos da Baixa Estremadura, do Alentejo e do Algarve, tal como os da Beira Alta ou os de Trás-os-Montes e Alto Douro, resultaria da evolução interna do sistema agro-pastoril herdado do Neolítico Final: a exploração crescente de territórios, de forma cada vez mais organizada e eficiente, reforçada pela melhoria das tecnologias de produção, conduziu à ocupação e demarcação efectiva de territórios e às consequentes formas de tensão, cada vez mais intensas, onde, de início, a metalurgia do cobre não teria qualquer expressão. Os estímulos mediterrâneos, sem dúvida importantes, embora sempre expressos de forma indirecta, teriam sido determinantes na introdução daquela metalurgia, numa fase de consolidação do sistema agro-pastoril, cuja progressão para regiões cada vez mais setentrionais, a partir da Andaluzia, parece comprovada pelas datações absolutas disponíveis. As populações, sediadas e repartidas por povoados-fortaleza, com o usufruto de determinadas parcelas do território, evidenciam um esboço de organização social crescentemente organizado e hierarquizado, francamente aberto a estímulo externos, veiculados por intensas trocas comerciais das quais dependia, em parte, o sucesso do grupo (caso da importação de rochas duras para as tarefas do quotidiano).

No Calcolítico Pleno da Estremadura, cuja cronologia foi possível precisar em Leceia cerca de 2600 anos a. C, com base nas análises de C14 efectuadas (CARDOSO & SOARES, 1996) abundam, mais do que no período anterior, os grandes vasos esféricos de armazenamento (“vasos de provisões”), agora providos, em torno da boca, de exuberante decoração em “folha de acácia” e em “crucífera”. No instrumental lítico, são de realçar as numerosas lâminas ovóides de sílex, na larga maioria (senão totalidade) utilizadas como elementos de foices, em proporção cerca de seis superior à verificada, em Leceia, no Calcolítico Inicial, balizado cronologicamente naquela estação entre 2800 e 2600 anos a. C. Tais factos são expressivos

quanto à melhoria dos níveis de produção e de conseqüente armazenamento possibilitados pelo aperfeiçoamento das técnicas agrícolas, a par da introdução de novas actividades visando a exploração mais completa dos recursos, comprovada por artefactos quase ou mesmo desconhecidos no Calcolítico inicial: é o caso dos "elementos de tear" rectangulares e dos cinchos para o fabrico do queijo, com paredes perfuradas, além do cobre. A RPS estava ainda em franca afirmação, na Baixa Estremadura, no decurso do Calcolítico pleno, tal como acontecia, tanto no Nordeste, como no Sudoeste; para o Alto Algarve Oriental dá-nos GONÇALVES (1991, p. 409) explícito testemunho.

Tendo presentes as anteriores considerações, a eclosão das cerâmicas campaniformes, observada no decurso do Calcolítico Pleno da Estremadura, poderá, tão-somente, ser entendida como simples moda, rapidamente copiando os artesãos locais protótipos importados, como sugerem as análises feitas às pastas dos fragmentos de Porto Torrão (ARNAUD, 1993), sugerindo fabricos locais, aliás já mencionados por SAVORY (1970) para Vila Nova de S. Pedro.

A verdade é que a introdução das cerâmicas campaniformes na Baixa Estremadura não respeitou a um modelo uniformemente seguido. No Zambujal, as primeiras cerâmicas surgem em 4055 ± 40 BP e 3995 ± 45 BP (SOARES & CABRAL, 1993), a que correspondem datas calibradas de momento muito pouco precisas, ainda na primeira metade do III milénio, para o intervalo de confiança de 2 sigma, correspondendo a 95 % de confiança. Aliás, tais datas são consonantes com as obtidas para alguns contextos funerários campaniformes.

Naquela altura, o Zambujal estaria em franca reorganização, vindo ainda a conhecer diversas remodelações defensivas. Ao contrário, em Vila Nova de S. Pedro e em Leceia, os fragmentos campaniformes exumados jaziam de mistura com derrubes das fortificações, indicando que, em ambos os casos, aqueles dispositivos já se encontrariam francamente arruinados aquando da passagem, por aqueles locais, dos portadores de tais cerâmicas.

Quanto a Vila Nova de S. Pedro, A. do Paço é claro; na campanha de 1955, "verificou-se mais uma vez a carência total da cerâmica campaniforme (...). Tais cerâmicas só começam a aparecer por altura de uma camada que contém vestígios de desmoronamento de muralhas, com abundância de pedras e terras um tanto soltas" (PAÇO & SANGMEISTER, 1956a, p. 106). As referidas observações foram ulteriormente confirmadas, entre outros, por GONÇALVES (1994b).

Esta evolução culmina o lento processo de declínio observado nas construções de Leceia no decurso do Calcolítico Pleno, em que se assiste, também, a uma contracção da área habitada, em torno da zona nuclear do povoado. Tais constatações, confirmam e reforçam o que já antes fora referido: cada grande povoado terá conhecido uma evolução própria, o que não impede, antes torna aliciante, o estabelecimento das correlações possíveis, numa perspectiva diacrónica e integrada.

Em Leceia, nas campanhas de 1994 a 1996 obtiveram-se, a tal respeito, importantes elementos: ali se identificaram e escavaram duas cabanas de planta elipsoidal, definidas por alinhamento de blocos calcários, ambas implantadas no exterior do dispositivo defensivo. O interior destas duas unidades habitacionais forneceu conjuntos coerentes de cerâmicas campaniformes, muito importantes, se atendermos à penúria de fragmentos campaniformes recolhidos na parte restante do povoado, ilustrando, pela primeira vez em Portugal, a tipologia das cerâmicas utilizadas no interior de duas unidades habitacionais de época campaniforme. Alguns restos faunísticos permitiram, também pela primeira vez, a datação de dois contextos domésticos campaniformes em Portugal. Os resultados obtidos, que fazem remontar a ocupação destas duas unidades domésticas, respectivamente, aos finais da primeira metade do III milénio a. C. e aos inícios da segunda metade do mesmo milénio (CARDOSO & SOARES, 1990/1992), são estatisticamente idênticos aos correspondentes à fase de ocupação mais tardia do interior da fortificação, de onde as cerâmicas campaniformes, repita-se, se encontravam quase ausentes.

Por outro lado, a implantação de uma destas cabanas (a que deu datação mais recente) em níveis de derrube da primeira linha defensiva, no exterior da qual se situa, vem demonstrar que, aquando da sua edificação, já todo o dispositivo se encontrava em franca decadência, não tendo, outrossim, os ocupantes campaniformes, quaisquer preocupações em se defenderem de potenciais inimigos, ao contrário do verificado pela comunidade sediada intramuros. Assim sendo, admitindo-se que, para um mesmo local e época, a existência de culturas materiais diferentes, corresponda, de facto, a populações distintas, teríamos a demonstração, há tanto discutida, da efectiva individualização dos portadores das cerâmicas campaniformes, face aos derradeiros ocupantes da fortificação, descendentes directos daqueles que a construíram, duas ou três centenas de anos atrás (CARDOSO, 1997).

Seja como for, nestes derradeiros momentos calcolíticos, assiste-se à (re)ocupação de locais, na maioria desprovidos de condições naturais de

defesa, por toda a Baixa Estremadura. Qual o significado de tal facto? Significará que o clima de tensão generalizada a que se assistiu em todo o III milénio nesta mesma região e tão bem documentado em Leceia, pelos numerosos reforços das muralhas e bastiões, se tenha gradual ou bruscamente dissipado? Com efeito, como antes se disse, em Leceia há provas de um declínio das construções defensivas e, até, habitacionais, logo no início do Calcolítico Pleno; pode mesmo dizer-se que aparelhos monumentais, quase de carácter ciclópico, com blocos de muitas centenas de quilogramas, ou mesmo de 1 ou duas toneladas, só se utilizaram na fase de fundação da fortaleza, situada logo no início do Calcolítico Inicial, cerca de 2800 anos a. C.

Não obstante, é no Calcolítico Pleno que a prosperidade desta comunidade terá atingido o seu ponto mais alto, correspondendo, como atrás se disse, à plena adopção de todas as inovações características da RPS. Há, deste modo, uma aparente contradição entre o desenvolvimento económico e a necessidade defensiva. Assim, podemos concluir que a desagregação do modelo demográfico e económico da sociedade calcolítica, baseado na concentração da população em grandes centros proto-urbanos fortificados, teria começado logo no início do Calcolítico Pleno. Quais as razões da falência de tal modelo de desenvolvimento económico?

Para conseguir um razoável grau de aproximação às possíveis razões que determinaram tal situação teremos, antes de mais, de considerar o papel decisivo da crescente dificuldade da exploração/captação dos recursos potencialmente disponíveis em áreas de captação cada vez mais circunscritas em torno dos povoados, ditado pela própria lógica de competição inter-comunitária. Por outras palavras, as comunidades calcolíticas estremenhas passam, de administradoras de amplos territórios, onde, mercê de um grau de conflitualidade baixo, poderiam circular livremente, para detentoras de domínios cada vez mais restritos, com fronteiras bem definidas (JORGE, 1994a, p. 492), que seriam chamadas a defender pela força, se necessário fosse. Este foi o resultado a que conduziu uma sociedade cujas melhorias tecnológicas do sistema produtivo, conduziram ao crescimento populacional e ao superpovoamento de determinados núcleos, já de características proto-urbanas, como Leceia, Vila Nova de S. Pedro, ou o Zambujal, em que se evidenciam espaços de carácter social, vias de circulação principais e, mesmo, estruturas destinadas à acumulação de lixos domésticos, visando a manutenção da salubridade (CARDOSO, 1994, 2000). A breve trecho, a evolução social interna destas comunidades, caracterizada por intensa competição intercomunitária pela

posse dos melhores territórios, conduziu a situações de conflito generalizado, de que ainda no Calcolítico Pleno há provas evidentes neste povoado (CARDOSO, CUNHA & AGUIAR, 1991). Enfim, a ausência de um poder centralizado teria estado na origem daquilo que por outrem foi baptizado com a designação, talvez abusiva, mas expressiva, de “Guerra total” ou, melhor dizendo, de “guerra endémica”. Tal realidade concorreria, a prazo, para o abandono de tal modelo de sociedade, devido ao clima de instabilidade social então instalado. Assim, o abastecimento de cada uma das comunidades em produtos essenciais, captados ou produzidos no território envolvente, tornou-se problemático e cada vez mais difícil. Este “localismo”, que tão nefasto se viria a revelar para aquelas populações, cujo crescimento demográfico teria então ultrapassado as possibilidades de subsistência oferecidas pelo meio, não favoreceria de igual modo, as actividades artesanais não ligadas à produção, como a metalurgia: “a especialização artesanal “imperfeita” e a limitação da procura decorrente de um sistema económico excessivamente compartimentado bloqueavam o desenvolvimento daquela actividade que consideramos motora, atendendo à sua capacidade de indução de alterações estruturais na esfera produtiva e social” (SOARES & SILVA, 1995, p. 136).

A partir do Calcolítico Pleno, a nova nova ordem económico-social que então, progressivamente, se impôs, ao menos na baixa Estremadura, consubstanciava-se, no final do Calcolítico, pelo abandono quase generalizado dos antigos povoados fortificados e pela multiplicação de pequenos núcleos em locais abertos, sem condições naturais de defesa, onde pontificam as cerâmicas campaniformes.

Assim sendo, a desarticulação da estrutura social calcolítica que conduziu, aparentemente, ao retorno a formas de povoamento vigentes nesta mesma região no Neolítico Final, cerca de mil anos antes, visaria, tão-somente, a plena libertação das capacidades produtivas, até então coarctadas pelo próprio modelo de desenvolvimento insensivelmente trilhado ao longo de mais de quinhentos anos (entre cerca de 2800 e cerca de 2300 anos a. C.). Longe de constituir um retrocesso dramático, verifica-se, ao invés, o sucesso económico decorrente da adopção do novo modelo de povoamento, expresso pelo acréscimo do abastecimento de matérias-primas exógenas (anfíbolitos, cobre).

Assim, é possível compatibilizar o acréscimo de riqueza destas populações do final do Calcolítico Pleno com a desfortificação dos lugares habitados: as fortificações, erigidas para defesa desses mesmos bens, pelas suas antecessoras do Calcolítico Inicial, já não fariam então sentido.

A cisão das numerosas comunidades sediadas em cada um dos sítios fortificados, teria sido a resposta encontrada para a sua própria sobrevivência: ela en-contra-se sugerida pela nítida redução dos habitantes que permaneceram em Leceia, bem evidenciada pela retracção da área ocupada, na qual as estruturas defensivas do Calcolítico Inicial, se tornaram inúteis e por isso foram entrando progressivamente em ruína.

No estado actual dos nossos conhecimentos, afigura-se que a reorganização da sociedade calcolítica se exprimiu na Estremadura dos meados do III milénio a. C, por uma melhor flexibilização das modalidades de exploração de territórios: as comunidades abandonaram os diversos sítios fortificados, onde anteriormente se concentravam, guerreando-se mutuamente, e espalharam-se pelos campos, doravante pontuados de minúsculos núcleos, de carácter agrícola, e de raiz familiar. Com efeito, a manutenção de práticas agrícolas, de carácter cerealífero, por parte dos grupos portadores de cerâmicas campaniformes, comprovadas por elementos de foice de sílex de bordo serrilhado, mostram que a ocupação e exploração dos solos não foi interrompida, assumindo, ao contrário, mesmo carácter estável e mais intenso.

As redes de circulação trans-regionais anteriormente estabelecidas, foram, mesmo, reforçadas, acentuando-se, pela primeira vez, os produtos de grande difusão e standardização, de fabrico supra-regional, como são os artefactos que integram o chamado "pacote" campaniforme (vasos "marítimos", pontas de Palmela, adagas, braçais de arqueiro, botões em forma de "tartaruga" ou com perfuração em "V", entre outros).

Por outro lado, os artefactos ditos de "prestígio", alguns de ouro, cuja presença na Estremadura é, pela primeira vez, evidente (brincos com decoração a repuxado, anéis em espiral, contas bicónicas, diademas, aplicações diversas), sugerem a presença, agora inquestionável, de "elites", o que contraria a aparente dissolução da estrutura social pré-existente, baseada na existência de imponentes povoados fortificados, como poderíamos, ingenuamente, ser levados a pensar: a desarticulação do padrão de povoamento dominante (proto-urbano), no final do calcolítico mais não foi que uma adaptação a um conjunto de novas condições impostas pela própria sociedade, na qual as elites, cuja existência já se encontrava esboçada na sociedade igualitária anterior, reforçaram a sua presença e importância.

Em conclusão: a evidente mobilidade no território, característica das comunidades campaniformes, não significa forçosamente indício de igualitarismo: a diferenciação esboçada de forma nítida no Calcolítico Inicial, encontra-se plenamente afirmada na Estremadura logo a seguir, na

Idade do Bronze. Assim sendo, o fim do Calcolítico, representado pela plena afirmação das cerâmicas campaniformes, cujo epílogo se situará na região antes do fim do III milénio a. C., corresponde a transição, paulatina, para uma nova estrutura social. Neste contexto se inscreve a bem conhecida panóplia bélica campaniforme, antes referida, pertencente ao segmento guerreiro emergente de uma sociedade que também era de comerciantes, artífices, pastores e agricultores.

Trata-se, enfim, de estrutura social complexa e já hierarquizada, mas só plenamente afirmada ao longo da Idade do Bronze, correspondente a todo o milénio seguinte, baseada na figura do chefe e dos seus próximos, a quem competiria a defesa e administração de territórios bem definidos, numa conjuntura de “paz armada” e já não de competição generalizada ou de guerra endémica, que conduziu ao fracasso do modelo social anterior e ao abandono de tão imponentes fortificações, verdadeiros embriões da vida cubana, sem continuidade. Tal abandono constitui, afinal, exemplo, velho de mais de 4000 anos, porém expressivo da adopção de um modelo de desenvolvimento que hoje diríamos “não sustentado” e que por isso mesmo foi abandonado. Nesta medida, constitui motivo para sobre ele meditarmos. É que o modo como pensamos e repensamos o nosso relacionamento com o ambiente, traçando em cada momento os contornos dessa difícil mas vital convivência é, na sua essência, afinal, uma questão cultural (CARDOSO, 1998).

Estaríamos, então, já longe da sociedade tribal, baseada no princípio da consaguinidade, “por natureza, uma sociedade fechada e suspicaz, na qual o exclusivismo do vínculo que a realiza e mantém conduz internamente à solidariedade e externamente à discórdia” (CARVALHO, 1946, p. 17-18). A transição de uma sociedade igualitária e tribal, do tipo da descrita, para uma sociedade complexa, já estratificada socialmente, como a da Idade do Bronze, foi corporizada, gradualmente, pela sociedade calcolítica. As características proto-urbanas de alguns dos seus povoados, a diferenciação intracomunitária que se entrevê nalguns deles, a franca abertura que os respectivos habitantes mantiveram com o exterior, denunciada por artefactos, dos mais sofisticados aos mais simples — pontificando entre estes as cerâmicas — e, especialmente, com o mundo meridional e mediterrâneo, dele recebendo estímulos de vária ordem, fizeram da Baixa Estremadura, uma região privilegiada onde, ao longo de cerca de mil anos, se podem testemunhar as transformações internas de uma sociedade dinâmica, em permanente mutação, prenunciadora das primeiras sociedades proto-estatais do Ocidente europeu.

Lisboa, Outubro de 2001

BIBLIOGRAFIA

- ARNAUD, J. M. (1993) — O povoado calcolítico de Porto Torrão (Ferreira do Alentejo): síntese das investigações realizadas. *Vipasca*, 2, p. 41-60. Câmara Municipal de Aljustrel.
- BLANCE, B. M. (1957) — Sobre o uso de torreões nas muralhas de recintos fortificados do 3.º milénio a. C. *Revista de Guimarães*, 57 (1/2), p. 169-178
- BLANCE, B. M. (1961) — Early Bronze Age colonists in Iberia. *Antiquity*, 35, p. 192-202.
- BOSCH-GIMPERA, P. (1969) — La Cultura de Almería. *Pyrenae*, 5, p. 47-93. Barcelona.
- CARDOSO, G. (1991) — *Carta arqueológica do concelho de Cascais*. Câmara Municipal de Cascais, 111 p.
- CARDOSO, J. L. (1994) — *Leceia 1983-1993. Resultados das escavações do povoado pré-histórico*. Estudos Arqueológicos de Oeiras — CMO (número especial), 164 p.
- CARDOSO, J. L. (1997) — *O povoado de Leceia sentinela do Tejo no terceiro milénio antes de Cristo*. Museu Nacional de Arqueologia/Câmara Municipal de Oeiras. 128 p.
- CARDOSO, J. L. (1998) — O povoado fortificado pré-histórico de Leceia (Oeiras), exemplo de desenvolvimento não sustentado na Estremadura no III milénio a. C. *O Arqueólogo Português*, Série IV, 16, p. 97-110.
- CARDOSO, J. L. (2000) — The fortified site of Leceia (Oeiras) in the context of the Chalcolithic in Portuguese Estremadura. *Oxford Journal of Archaeology*, 19 (1), p. 37-55.
- CARDOSO, J. L. & CARDOSO, G. (1993) — *Carta arqueológica do concelho de Oeiras*. Estudos Arqueológicos de Oeiras — CMO, 4, 126 p.
- CARDOSO, J. L. & SOARES, A. M. Monge (1990/1992) — Cronologia absoluta para o campaniforme da Estremadura e do Sudoeste de Portugal. *O Arqueólogo Português*, Série IV, 8/10, p. 203-228.
- CARDOSO, J. L. & SOARES, A. M. Monge (1996) — Chronologie absolue pour le Néolithique et le Chalcolithique de l'Estremadura portugaise — la contribution de Leceia. *Revue d'Archéométrie*, Rennes, supplément 1996, p. 45-50.
- CARDOSO, J. L.; SOARES, J. & SILVA, C. Tavares da (1983/84) — O povoado calcolítico de Leceia (Oeiras). 1.ª e 2.ª campanhas de escavação (1983 e 1984). *CLIO/Arqueologia*, revista da UNIARCH/INIC, 1, p. 41-68.
- CARDOSO, J. L.; LEITÃO, M.; & FERREIRA, O. da Veiga (1987) — Nota acerca de uma conta -amuleto encontrada no *tholos* da Tituaria (Mafra). *O Arqueólogo Português*, Série IV, 5, p. 89-99.
- CARDOSO, J. L.; CUNHA, A. Santinho & AGUIAR, D. (1991) — *O homem pré-histórico no concelho de Oeiras*. *Estudos de Antropologia Física*. Estudos Arqueológicos de Oeiras — CMO, 2, 85 p.
- CARVALHO, J. de (1946) — A cultura castreja. Sua interpretação sociológica. *Ocidente*, 29, suplemento, 32 p.
- CHAPMAN, R. W. (1991) — *La formación de las sociedades complejas. El Sureste de la Península Iberica en el marco del Mediterráneo Occidental*. Critica. Barcelona.
- GONÇALVES, V. (1988) — Sobre a estratégia do povoamento calcolítico no Alto Algarve Oriental. *Livro de Homenagem a Orlando Ribeiro*, 2, p. 29-40. INIC. Lisboa.

- GONÇALVES, V. S. (1989, 1991) — *Megalitismo e metalurgia no Alto Algarve Oriental. Uma aproximação integrada*. Estudos e Memórias do Centro de Arqueologia e História da Universidade de Lisboa/ INIC, 2 (2 vol.). Lisboa.
- GONÇALVES, V. S. (1993) — Emergência e desenvolvimento das sociedades agro-metalúrgicas. *História de Portugal*. Dos tempos históricos aos nossos dias (Direcção de J. Medina), p. 183-212. Ediclube. Lisboa.
- GONÇALVES, V. S. (1994a) — As sociedades camponesas da península de Lisboa (do 6.º ao 3.º milénio). *Catálogo da Exposição Lisboa Subterrânea* (Lisboa, 1994), p. 39-48.
- GONÇALVES, V. S. (1994b) — O castro de Vila Nova de S. Pedro. Um típico povoado calcolítico fortificado do 3.º milénio. *Catálogo da Exposição Lisboa Subterrânea* (Lisboa, 1994), p. 49-51.
- JALHAY, E. (1943) — O castro eneolítico de Vila Nova de São Pedro e as suas relações com o norte africano e o Mediterrâneo oriental. *4.º Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências* (Porto, 1942), 7, p. 107-117.
- JORGE, S. Oliveira (1990) — Desenvolvimento da hierarquização social e da metalurgia. *Portugal — das origens à Romanização*. Nova História de Portugal (dir. J. Serrão & A. H. de Oliveira Marques), 1, p. 163-212. Lisboa. Editorial Presença.
- JORGE, S. Oliveira (1994a) — Colónias, fortificações, lugares monumentalizados. Trajectoria das concepções sobre um tema do Calcolítico peninsular. *Revista da Faculdade de Letras*, série II, 11, p. 447-546. Porto.
- JORGE, S. Oliveira (1994b) — O povoado de Castelo Velho (Freixo de Numão, Vila Nova de Foz Côa) no contexto da Pré-história recente do Norte de Portugal. *Actas do 1.º Congresso de Arqueologia Peninsular* (Porto, 1993), 1, p. 179-243.
- PAÇO, A. do & SANGMEISTER, E. (1956a) — Castro de Vila Nova de S. Pedro. VIII — campanha de escavações de 1955 (19.ª). *Arqueologia e História*, Série 8, 7, p. 93-114.
- PAÇO, A. do & SANGMEISTER, E. (1956b) — Vila Nova de S. Pedro — eine befestigte Siedlung der Kupferzeit in Portugal. *Germania*, 34 (3/4), p. 211-230.
- PARREIRA, R. (1990) — Considerações sobre os milénios IV e III a. C. no centro e sul de Portugal. *Estudos Orientais*, 1, p. 27-43. Instituto Oriental, FCSH/UNL. Lisboa.
- RENFREW, C. (1972) — *Patterns of population growth in the prehistoric Aegean*. In *Man, settlement and urbanism* (P. Ucko et al., eds.), p. 383-399. Londres.
- SANCHES, M. J. (1992) — *Pré-história recente no planalto mirandês* (Leste de Trás-os-Montes). Monografias Arqueológicas, 3, Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto. 170 p.
- SANCHES, M. J. (1996) — *Ocupação pré-histórica do Nordeste de Portugal*. Zamora: Fundación Rei Afonso Henriques. 100 p.
- SANCHES, M. J. (1997) — Pré-História recente de Trás-os-Montes e Alto Douro. Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, 2 vol. Porto.
- SANGMEISTER, E. & SCHUBART, H. (1972) — Zambujal. *Antiquity*, 46, p. 191-197.
- SAVORY, H. N. (1970) — A section through the innermost rampart at the chalcolithic castro of Vila Nova de S. Pedro, Santarém (1959). *Actas das I Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses* (Lisboa, 1969), 1, p. 133-162. Tradução portuguesa em *CLIO/Arqueologia*, Revista da UNIARCH/INIC, 1 (1983/84), p. 19-29.

- SCHUBART, H. (1969) — Las fortificaciones eneolíticas de Zambujal y Pedra do Ouro, en Portugal. *X Congreso Nacional de Arqueología* (Zaragoza, 1967), p. 197-204.
- SCHUBART, H. & SANGMEISTER, E. (1987) — *Zambujal — Torres Vedras. Portugal*. Câmara Municipal de Torres Vedras.
- SENNA-MARTINEZ, J. C. de (1991) — *The Late Prehistory of Central Portugal: a first diachronic view*. Comunicação apresentada à American Anthropological Association, annual meeting (Chicago, 1991).
- SILVA, C. Tavares da (1983) — O megalitismo e os primeiros metalurgistas. *História de Portugal* (direcção de José Hermano Saraiva), 1, p. 83-89. Alfa. Lisboa.
- SILVA, C. Tavares da (1990) — Influências orientalizantes no Calcolítico do centro e sul de Portugal. Notas para um debate. *Estudos Orientais*, 1, p. 45-52. Instituto Oriental, FCSH/UNL. Lisboa.
- SILVA, C. Tavares da & SOARES, J. (1987) — O povoado fortificado calcolítico do Monte da Tumba. 1 — Escavações arqueológicas de 1982-86 (resultados preliminares). *Setúbal Arqueológica*, 8, p. 29-79.
- SOARES, A. M. Monge & CABRAL, J. M. Peixoto (1993) — Cronologia absoluta para o Calcolítico da Estremadura e do sul de Portugal. *Actas do 1.º Congresso de Arqueologia Peninsular* (Porto, 1993), 2, p. 217-235.
- SOARES, J. & SILVA, C. Tavares da (1995) — O Alentejo litoral no contexto da Idade do Bronze do Sudoeste peninsular. *Catálogo da exposição A Idade do Bronze em Portugal — discursos de Poder*. Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, p. 136-139.
- VALERA, A. C. (1994) — Diversidade e relações inter-regionais no povoamento calcolítico da bacia do médio e alto Mondego. *Actas do 1.º Congresso de Arqueologia Peninsular* (Porto, 1993), 3, p. 153-171.
- VALERA, A. C. (1997) — O castro de Santiago (Fornos de Algodres, Guarda): aspectos da calcolitização da bacia do alto Mondego. Câmara Municipal de Fornos de Algodres (Textos Monográficos, 1). 192 p.
- VALERA, A. C. (2000) — Pensar o tempo: critérios para uma periodização da Pré-História recente da bacia interior do Mondego. *Actas do 3.º Congresso de Arqueologia Peninsular* (Vila Real, 1999), 4, 147-160.